



Os serviços públicos e a renda

Alexandre Santos

Comentário sobre a importância dos serviços públicos na elevação da renda real da sociedade.

Muito se tem falado sobre a renda das pessoas. Países onde a renda é maior, [países] onde a renda é menor, povos de maior renda, [povos de] menor renda, esse tipo de coisa. Considerada em ambiência exclusivamente mercantil, o pensamento prevalecente entre os liberais é individualista e, com viés nitidamente político e ideológico, afirma ser a renda o somatório dos rendimentos que a pessoa auferes sob a forma de salário, pro-labore, aluguéis, juros e outros proventos. Por este modo de pensar, o conceito obedece a um padrão absoluto, associando o tamanho da renda da pessoa ao volume de recursos por ela recebidos. Quanto maior o rendimento, maior a renda. Aliás, embora não mencione, essa abordagem insinua que as pessoas de maiores rendimentos são as que têm maior acesso aos bens e serviços. Na visada inversa, [insinua que] as pessoas de rendimentos mais modestos têm menor acesso a eles (os bens e serviços). É isso aí. Pronto!

Pronto? Claro que não.

Parece evidente que, para deixar de ser indicador inconsistente, o caráter absoluto da renda deve ser abandonado em favor do caráter relativo, pois, de fato, o parâmetro que indica a situação econômica de uma pessoa não é a quantidade de dinheiro que ela recebe e, sim, a relação entre o que entra e o que sai do seu bolso ou, ainda, o saldo remanescente após os dispêndios. Além do mais, a análise da renda não pode ficar circunscrita aos rendimentos diretos, sob pena de falsear resultados e cair no vasto campo das manipulações políticas.

Na realidade, um conjunto de fatores - estrutura de preços, disponibilidade de crédito, oferta de serviços públicos gratuitos ou subsidiados, etc. - podem interferir na questão, alterando a efetividade comercial dos rendimentos e, portanto, a renda real das pessoas. De fato, ao variar de região para região, o dispêndio com os bens e serviços varia em função dos preços, alterando a disponibilidade dos valores finais, com repercussão automática na renda. Observe, por exemplo, que, mantendo o salário original, ao ser transferida para outra cidade, região ou país, uma pessoa pode experimentar elevação da renda real (se os preços na nova praça forem mais baixos, como ocorre com os europeus transferidos para o Brasil) ou, inversamente, [experimentar] depressão da renda real (se os preços na nova praça forem mais elevados, como ocorre com brasileiros transferidos para a Europa). Da mesma forma, mesmo sendo prática acusada de escamotear a realidade, ao incorporar rendimentos futuros aos negócios, o crédito amplia o poder aquisitivo da pessoa e, portanto, pelo menos momentaneamente, faz crescer a renda real. O mesmo pode se

dizer da eficiência do governo, pois, ao dispensar a contratação dos serviços privados correspondentes, a oferta de serviços públicos gratuitos ou subsidiados funciona, na prática, como um aumento do rendimento, elevando, automaticamente, a renda real dos beneficiados. Nesta perspectiva, tendo em vista o impacto provocado e decorrente dos benefícios indiretos, estudos sobre a oferta de bens e serviços públicos, sobre a estrutura de preços e sobre a disponibilidade de crédito são essenciais para a determinação da renda real.

Vale destacar que, em função das implicações políticas que evoca, o aspecto intencionalmente mais desdenhado pela abordagem individualista e absoluta da questão, talvez, seja o impacto provocado pela quantidade, qualidade e preço dos serviços públicos na renda real das pessoas. Observe que, se as pessoas não precisassem contratar serviços privados para compensar a ausência ou baixa qualidade de serviços públicos, elas [as pessoas] contariam com mais recursos para outros fins. Se, por exemplo, por confiar na qualidade do ensino público, deixar de matricular filhos na escola privada, o chefe-de-família disporá do dinheiro que usaria em matrículas e mensalidades para outras destinações. Esse raciocínio vale, também, para os outros serviços públicos (se confiar na vigilância pública, deixará de contratar empresas privadas de segurança; se confiar no sistema público de saúde, deixará de contratar seguros especializados; e, assim, por diante). Assim, quando o Estado oferece bons serviços públicos gratuitos ou subsidiados, as pessoas se desobrigam de contratar serviços privados nas áreas correspondentes e passam a dispor dos recursos reservados para aqueles fins, o que, na prática, significa um aumento real de renda.

Este aspecto é importantíssimo (e, costumeiramente, desconsiderado), especialmente nos estudos comparativos, sobretudo se envolverem países de diferentes graus de desenvolvimento social e de eficiência na oferta gratuita ou subsidiada de bens e serviços públicos. Afinal de contas, nunca é demais lembrar que, se dispuserem de bons serviços públicos gratuitos ou subsidiados - ensino, assistência médica e hospitalar, segurança, habitação, transportes, lazer, etc. etc. - as pessoas se livram de algumas despesas e passam, conseqüentemente, a desfrutar renda real maior (é o caso, por exemplo, de quem recebe \$ 4 mil por mês, mas desfruta graciosamente de bons serviços de saúde, segurança, educação, transportes, lazer e cultura). Inversamente, se usarem parte dos rendimentos para contratar bens e serviços para compensar a deficiência daqueles oferecidos (ou não oferecidos) pelo Estado as pessoas têm a renda real reduzida (não é, claro de \$ 10 mil, a renda real de quem recebe mensalmente este valor, mas precisa gastar \$ 7 mil com segurança privada, seguro de saúde, educação, transportes, lazer e cultura).

Tudo isto diz que, sem informações sobre os benefícios efetivamente colocados à disposição das pessoas, nada se pode dizer sobre a sua renda real - há países nos quais, em função do alto nível dos serviços públicos gratuitos e subsidiados, mesmo com rendimentos aparentemente pequenos, as pessoas desfrutam renda real alta, maior, muitas vezes, do que aquela verificada em países que, mesmo julgados avançados, deixam por conta das pessoas o custeio dos serviços públicos.

Em se tratando de renda real, nem tudo é o que parece. As vezes, o que parece alto, na realidade é baixo e, inversamente, o que parece baixo é alto.

(*) Alexandre Santos é presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco